



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 5ª DE - 5ª BDA C BLD
20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO
(20º Regimento de Infantaria / 1942)
BATALHÃO SGT MAX WOLF FILHO

Chamada Pública n.º 001/2017 para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, conforme Art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e, ainda, o Art. 5º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e a Resolução GGPAA nº 50.

O 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Prefeito Erasto Gaertner, nº 598 – Bacacheri, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.662.517/0001-10, representado neste ato pelo senhor GERSON ROLIM DA SILVA, Ordenador de Despesas, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto na Lei 8.666/1993; no art.17 da Lei 12.512/2011; e nas Resoluções nº 50/2012, nº 56/2013 e nº 64/2013 do GGPAA, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), vem realizar **Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**, destinado ao atendimento a Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação, durante o período de 28 outubro 2017 a 31 dezembro 2017. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda até o dia 23 de outubro de 2017, às 10:00 horas, na Seção de Licitações do 20º BIB.

1. Objeto

- 1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo:

Item	Und	Especificação	Qnt Total	Valor Máximo Unitário	Valor Total
1	Und	ABACAXI PÉROLA	190	5,44	1.033,60
2	Kg	ABÓBORA	190	3,00	570,00
3	Und	ACELGA	390	4,95	1.930,50
4	Und	ALFACE LISA	750	1,72	1.290,00
5	Kg	ALHO IN NATURA	70	31,07	2.174,90
6	Kg	BANANA PRATA	180	3,15	567,00

7	Kg	BANANA NANICA	180	2,08	374,40
8	KG	BATATA INGLESA	1200	3,52	4.224,00
9	KG	BETERRABA	220	2,06	453,20
10	KG	BROCOLIS	550	3,75	2.062,50
11	KG	CEBOLA	400	2,54	1.016,00
12	UND	COUVE-FLOR	350	3,45	1.207,50
13	UND	COUVE MANTEIGA	320	1,92	614,40
14	MÇ	CHEIRO VERDE	200	1,63	326,00
15	KG	KIWI	200	7,40	1.480,00
16	KG	LARANJA PERA	850	2,65	2.252,50
17	KG	LIMAO TAITI	70	6,51	455,70
18	KG	MAÇÃ FUJI	400	6,18	2.472,00
19	KG	MAMÃO FORMOSA	290	4,70	1.363,00
20	KG	MELANCIA	695	2,24	1.556,80
21	KG	MELÃO	400	4,64	1.856,00
22	DZ	OVO DE GALINHA	1680	6,23	10.466,40
23	KG	PIMENTÃO AMARELO	35	4,48	156,80
24	KG	PIMENTÃO VERDE	36	8,05	289,80
25	KG	PIMENTÃO VERMELHO	35	10,82	378,70
26	KG	REPOLHO BRANCO	320	1,03	329,60
27	KG	REPOLHO ROXO	320	2,33	745,60
28	KG	TOMATE LONGA VIDA	750	5,01	3.757,50
29	UND	TOMATE CEREJA 500G	300	11,38	3.414,00
30	KG	UVA NIAGARA	120	9,67	1.160,40
31	KG	VAGEM	120	7,32	878,40
32	UND	NOZES S/ CASCA 500G	40	28,57	1.142,80
					52.000,00

2. Condições de Participação

21. Nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei nº 12.512, de 2011 e do Decreto 7.775, de 2012, são elegíveis para fornecimento de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (beneficiários fornecedores); e, ainda, cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa jurídica de direito privados que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPA (organizações fornecedoras).

22. As condições de habilitação estão descritas no item três deste edital.

3. Condições de Participação

3.1. Os proponentes deverão apresentar, em envelopes distintos, ambos fechados, lacrados e rubricados, os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE VENDA.

3.1.1. Os envelopes deverão estar endereçados ao 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO; especificar a Chamada Pública nº 01/2017; especificar de qual envelope se trata – se HABILITAÇÃO ou PROPOSTA; e identificar o nome do proponente.

32. Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção (*quando for o caso*);
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios oferecidos são oriundos de produção própria;

32.1. Os documentos listados acima deverão ser apresentados no original ou, no caso de cópias, deverão ser apresentadas cópias autenticadas por Tabelião de Notas; poderão, ainda, ser apresentados no original, com cópia para autenticação pelo 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO.

32.2. Nos termos do artigo 7º da Resolução GGPAA nº 50, de 2012, serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital de Chamada Pública e, ainda, cujas Propostas de Venda apresentem preços compatíveis com os de mercado, conforme artigo 5º da mesma Resolução.

3.3. Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 02, separado do primeiro envelope, a Proposta de Venda, conforme anexo (*referência ao número anexo em algarismo romano*) deste Edital.

4. Critérios de priorização das propostas

4.1 A classificação das propostas ocorrerá da seguinte forma:

4.1.1 conforme o estipulado pelo §2º do art. 7º da Resolução nº 50 do GGPAA;

5. Das Amostras dos produtos

5.1. Imediatamente após a fase de habilitação, a equipe de licitações poderá solicitar amostras, que deverão ser entregues na Seção de Licitações do 20º BIB, Rua Prefeito Erasto Gaertner, n.º 598, Bacacheri, CURITIBA/PR, no horário entre as 08:00 hs às 17:00, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários.

6. Fonte de recurso

6.1. Os recursos necessários à aquisição dos gêneros alimentícios acima relacionados provêm do COTER.

Gestão/Unidade: 160211

Fonte: 0151689332

Elemento de Despesa: 33.90.30

PI: B2798108012

7. Preço

7.1. A definição dos preços, conforme o art. 5º da Resolução GGPAA nº 50, de 26 de setembro de 2012, foi obtida depois de realizadas 3 (três) pesquisas devidamente documentadas no mercado.

Art. 5º Para definição dos preços de aquisição dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, o órgão responsável pela compra deverá realizar, no mínimo, 3 (três) pesquisas devidamente documentadas no mercado local ou regional.

§ 1º Na impossibilidade de pesquisa de preço para a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos, os preços poderão ser acrescidos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.

§ 2º Fica facultada ao órgão responsável pela compra a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

7.1.1. O preço poderá ser reajustado, ou os valores atualizados, desde a apresentação da proposta, por meio de nova definição de preços conforme previsto no art. 5º da Resolução GGPAA nº 50, de 26 de setembro de 2012.

8. Local e periodicidade de entrega dos produtos

8.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Setor de Aproveitamento do 20º BIB, situado à Rua Prefeito Erasto Gaertner, n.º 598, Bacacheri, CURITIBA/PR, no horário entre as 08:00 hs às 17:00, de Segunda Feira a Quinta Feira, na qual se atestará o seu recebimento.

9. Pagamento

9.1. O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, por meio de nota de empenho, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

10. Cronograma

10.1. A Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO – Rua Prefeito Erasto Gaertner nº 598 – Bacacheri, Curitiba/PR CEP.: 82510-160 – Tel.: (41) 3123-6629

Lançamento do Edital.	02/10/2017
Data final para envio da proposta e documentação complementar.	23/10/2017
Divulgação dos Resultados.	24/10/2017
Prazo para interposição de eventual recurso voluntário, no caso de irresignação por parte dos proponentes em relação ao resultado da seleção.	05 dias úteis contados da data da divulgação do resultado em jornal de grande circulação
Prazo para análise dos recursos interpostos.	02 dias úteis
Publicação do resultado final.	Até 02 dias após análise de recursos interpostos.
Prazo para assinatura do contrato.	05 dias após divulgação do resultado.

102. O prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da divulgação do resultado em jornal de grande circulação.

1021. Os recursos poderão ser propostos em meio físico e deverão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente e encaminhados para o 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO.

1022. Não será aceito recurso interposto fora do prazo.

1023. Prazo de validade: o presente Edital terá validade até 31 de dezembro de 2017.

1024. Prazo de execução do contrato: O contrato de Compra e Venda resultante deste Edital deverá ser cumprido até 10 dias.

1024.1. A entrega dos gêneros alimentícios poderá ser diferida em entregas parciais semanais, conforme solicitação da contratante, até o adimplemento total da obrigação ou até o encerramento do contrato.

11. Contratação

11.1. Uma vez declarado, o fornecedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com os valores apresentado no item 7. deste Edital e conforme minuta de contrato (anexo II).

11.2. O valor máximo de venda por unidade familiar será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775 de 2012.

12. Responsabilidade dos Fornecedores

12.1. Os proponentes declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

122. O fornecedor se compromete a fornecer gêneros alimentícios conforme disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pelas nutricionistas.

123. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública até 12 meses, conforme cronograma de entrega dos gêneros alimentícios.

13. Fatos supervenientes

131. Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, poderá haver:

- a) Adiamento do processo;
- b) Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

14. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

141. Observado o disposto no item oito acima, após a divulgação do resultado das ofertas objeto desta Chamada Pública considera-se, para todos os fins, que o registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural estará concretizado.

15. Sanções

151. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, além das sanções especificadas nos incisos III e IV do artigo 87 da lei federal nº 8.666/93.

152. A multa pode ser descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

153. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

16. Disposições Gerais

161. A presente Chamada Pública poderá ser obtida no 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO, no horário de 08:00 hs às 17:00 hs, de segunda a quinta-feira, ou através do site www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas

Art. 7º A demanda por alimentos será divulgada por meio de Chamada Pública.[...]

§ 3º Será dada publicidade à Chamada Pública por meio de divulgação em local de fácil acesso à agricultura familiar, podendo ser jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgação em sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias.

162. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

163. Informações e esclarecimentos a respeito desta Chamada Pública poderão ser obtidos na seção de licitações do 20º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO, ou pelo telefone (041)3123-6629.

Curitiba/PR, 02 de Outubro de 2017.

GERSON ROLIM DA SILVA – Cel
Ordenador de despesas do 20º BIB